

DESIGUALDADE DE RENDA, DESEMPREGO E POBREZA NAS REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL: UMA PERSPECTIVA HETERODOXA

André Cutrim Carvalho¹
David Ferreira Carvalho²
Phelipe da Silva Rodrigues³

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo tratar sob a ótica teórica e, também, empírica a questão da evolução da desigualdade de renda, do desemprego e da pobreza nas regiões metropolitanas brasileiras no período de 2001 a 2011. Para isso, é preciso resgatar o arcabouço teórico proveniente das teorias de John Maynard Keynes e, inclusive, Hyman Philip Minsky. A principal conclusão é que o diagnóstico social, neste período, demonstrou uma impactante redução da desigualdade de renda e da pobreza. Percebe-se, deste modo, que a redução das desigualdades de renda são parâmetros de extrema importância para a própria ampliação do mercado doméstico nacional. Por outro lado, os programas de transferência de renda familiar, como o Bolsa Família, têm contribuído à redução da pobreza absoluta. Por fim, não menos importante, os resultados obtidos, por meio dos indicadores sociais, puderam atestar este fato.

Palavras-chave: desigualdade de renda; desemprego; pobreza; diagnóstico; indicadores.

INEQUALITY OF INCOME, UNEMPLOYMENT AND POVERTY IN THE METROPOLITAN REGIONS OF BRAZIL: A HETERODOX PERSPECTIVE

ABSTRACT

The present paper aims to deal with the theoretical and empirical view of the evolution of income inequality, unemployment and poverty in the Brazilian metropolitan regions from 2001 to 2011. For this purpose, it is necessary to recover the theoretical framework from the theories of John Maynard Keynes and even Hyman Philip Minsky. The main conclusion is that the social diagnosis, during this period, showed an impressive reduction in income inequality and poverty. In this way, it can be seen that the reduction of income inequalities are extremely important parameters for the expansion of the national domestic market. On the other hand, family income transfer programs, such as “Bolsa Família”, have contributed to the reduction of absolute poverty. Last, but not least, the results obtained through social indicators could attest to this fact.

Keywords: income inequality; unemployment; poverty; diagnosis; indicators.

JEL CLASSIFICATION: O10, D63, J64.

ÁREA 2: CRESCIMENTO ECONÔMICO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

¹ Doutor em Desenvolvimento Econômico e Pós-Doutor em Economia pelo Instituto de Economia (IE) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor-Pesquisador da Faculdade de Ciências Econômicas (FACECON) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM), ambos da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenador do Grupo de Pesquisa Teoria Econômica de Keynes (GTEK). E-mail: andrecc83@gmail.com

² Doutor e Pós-Doutor em Economia pelo Instituto de Economia (IE) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor-Pesquisador da UFPA. Membro do Grupo de Pesquisa Teoria Econômica de Keynes (GTEK). E-mail: david.fcarvalho@yahoo.com.br

³ Graduado em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas (FACECON), vinculada ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), da UFPA. Membro do Grupo de Pesquisa Teoria Econômica de Keynes (GTEK). E-mail: phel.rodriques@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Do ponto de vista da história do pensamento econômico, desde Adam Smith, a preocupação dos economistas sempre esteve atrelada ao aumento da riqueza de uma nação, porém pouca atenção foi dada ao problema da pobreza social. David Ricardo, por exemplo, voltou sua preocupação mais para o problema da distribuição de renda na economia inglesa.

No caso do Brasil, o problema da desigualdade de renda e da pobreza remonta a história do período colonial. Na verdade, o fato do Brasil ter sido o último dos países escravagista a pôr fim a escravidão, já revela a origem histórica da pobreza social. Além do mais, a abolição da escravatura no Brasil, em 13 de maio de 1888, não foi acompanhada de uma reforma agrária capaz de distribuir terras para todos aqueles trabalhadores sem terras com potencial para serem agricultores. Também não houve um esforço concentrado do Estado voltado para investimentos em educação em todos os níveis.

Contudo, a tomada de consciência social da desigualdade de renda nos anos de 1970, período de crescimento econômico com elevadas taxas do PIB, levou a construção de vários estudos sobre a pobreza e a desigualdade de renda no Brasil. O crescimento econômico é muito importante para a geração da riqueza e a redistribuição de novas oportunidades de emprego e de aumento da renda das pessoas. Porém, por si só, apenas crescimento do produto de uma nação não é suficiente para mudar a estrutura concentrada da renda na direção da redução das desigualdades de renda. Ademais, a população que vive em estado de extrema pobreza geralmente não é alcançada pelo crescimento econômico mesmo quando este é caracterizado por altas taxas positivas de crescimento do produto como ocorreu no período do “Milagre Econômico” do Brasil.

No período do governo militar, a tese atribuída ao Ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, era de que o governo federal tinha de “fazer crescer o bolo para depois distribuí-lo”. Esta tese foi logo questionada pelos economistas desenvolvimentistas que discordavam de que o crescimento econômico por si só conduziria a redução das desigualdades sociais. Fishlow (1972) foi um dos primeiros economistas a realizar um diagnóstico empírico sobre a questão da distribuição de renda no Brasil.

Não obstante, foi Langoni (1973) que mais chamou a atenção sobre esse tema. O livro de Langoni (1973) persegue os seguintes objetivos: 1º) estimar a magnitude e as características das mudanças nos perfis da renda pessoal, setorial e regional entre 1960-1970; 2º) explicar as causas das mudanças observadas durante essa década; e, 3) estabelecer o vínculo teórico e empírico entre desenvolvimento e a distribuição de renda no Brasil. Contudo, o suporte teórico e o tratamento empírico desenvolvido no livro de Langoni receberam críticas, principalmente de Malan e Wells (1975), de Serra (1975) e Lopes (1975), porque notaram que o vínculo pretendido não era completo.

Nas décadas de 1980 e 1990, pelo menos até 1994, ano do Plano Real, as políticas macroeconômicas eram dirigidas para o combate a inflação e a dívida externa. Depois do longo período das “duas décadas perdidas”, como ficaram conhecidas às décadas de 1980 e 1990, as questões sobre o crescimento econômico, distribuição de renda e a erradicação da pobreza extrema voltaram a ser discutidas.

Não surpreende, portanto, a vasta literatura produzida sobre pobreza e desigualdade de renda no Brasil nessas duas décadas do século XX, com destaque aos trabalhos de Hoffman (1989), Fox e Morley (1991), Tolosa (1991) e Jatobá (1995). A economia do bem-estar-social tem como foco de preocupação a melhoria do padrão de vida das pessoas. É claro que a elevação do padrão de vida ou do bem estar social das pessoas envolve a questão do desenvolvimento econômico com uma melhoria na distribuição de renda. Essa relação, embora pertinente, deixa, de certo modo, de fora a questão da pobreza social.

A pobreza no sistema capitalista é um problema social que deve ser combatido com políticas sociais. A pobreza social que conduz ao pauperismo uma parcela da população de uma

nação torna-se dramática e visível na ausência de políticas públicas. A pobreza tem duas fontes: o desemprego e a desigualdade de renda. A desigualdade social no Brasil é de fato um problema estrutural que remonta a abolição da escravidão não acompanhada de uma reforma agrária e de investimentos em educação.

De fato, combater a desigualdade social e a pobreza deve fazer parte da agenda de qualquer governo preocupado com a dignidade humana e o bem estar social dos seus cidadãos. É evidente que o crescimento econômico de uma nação deve ser perseguido de forma permanente e incessante. Mais importante ainda é quando o crescimento econômico é acompanhado de uma distribuição da renda e redução da pobreza da nação. Por isso, o desenvolvimento econômico requer, além do crescimento econômico do produto da economia, mudanças estruturais que promova a geração de emprego, a distribuição de renda e a erradicação da pobreza.

Neri (2005, p. 319) observa que “o desenvolvimento deve estar associado não só com a geração de empregos e a distribuição da renda, mas também com a melhoria da qualidade de vida dos membros da sociedade e de liberdades substantivas dos seus cidadãos”. Por isso, as políticas sociais no Brasil devem combater à pobreza e a alta concentração da renda. As políticas econômicas adotadas no Brasil, recentemente, de combate ao desemprego e a erradicação da pobreza extrema têm contribuído nos últimos anos para impedir o aumento da pobreza no país.

O desenho das políticas de redistribuição de renda e de combate a pobreza no Brasil não é nada trivial. A pobreza e a desigualdade, apesar de serem confundidas em alguns momentos do debate social, são dimensões que merecem tratamento e soluções radicalmente diferentes. O problema da pobreza no Brasil não é só de carência de recursos públicos para os pobres, mas de gestão e controle para que realmente os recursos públicos dos programas de combate à pobreza cheguem às camadas mais pobres. Portanto, a questão dos gastos sociais para a população brasileira que vive em estado de extrema pobreza deve assumir um papel central na formulação, monitoramento e avaliação dos programas sociais.

Portanto, o presente trabalho tem como objetivo discutir o problema da pobreza numa perspectiva teórica e empírica da evolução da desigualdade de renda, desemprego e da pobreza nas regiões metropolitanas do Brasil entre 2001-2011. Este ensaio foi organizado em seis seções, além desta seção introdutória. Na segunda seção, faz-se uma revisão da literatura sobre a questão da pobreza e distribuição de renda a partir de John Maynard Keynes e Hyman Philip Minsky; na terceira discute-se o conceito moderno de pobreza e diversas formas de mensurar a pobreza; na quarta seção são apresentadas as características gerais das regiões metropolitanas brasileiras; a quinta discute os principais resultados envolvendo a distribuição de renda e pobreza nas áreas metropolitanas do país, tendo como para isso os resultados dos indicadores sociais, baseados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e, por fim, as considerações finais na sexta seção.

2. POBREZA E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Os trabalhos sobre pobreza no Brasil, em sua maioria, estão ligados à questão da medição estatística da pobreza com pouca ou quase nenhuma discussão teórica sobre a questão da pobreza como algo inerente ao capitalismo industrial.

Durante o processo da industrialização pesada no Brasil, o Estado teve um papel importante como ator responsável pelo planejamento, coordenação e investidor parceiro do setor privado e, principalmente, como investidor autônomo em infraestrutura de capital social básico e em empresas estatais, mas muito pouco foi feito pela questão da redução das desigualdades sociais no país.

2.1. Pobreza, desemprego e distribuição de renda em Keynes e Minsky

Keynes (1982), ao analisar a propensão marginal a consumir e sua relação com o multiplicador da renda, afirma que quanto maior a propensão marginal a consumir, maior será o multiplicador e, por consequência, maior distúrbio causará sobre o emprego uma variação do investimento. Isso poderá levar ao que Keynes chamou de paradoxo da pobreza em meio à abundância no sentido de que uma comunidade pobre, poupando apenas uma parte muito pequena de suas rendas, está mais exposta a flutuações violentas do que uma comunidade rica, na qual a poupança represente uma proporção maior da renda.

Não obstante, Keynes (1982) observa que é preciso levar em conta à diferença existente entre os efeitos da propensão marginal a consumir e os da propensão média a consumir, pois, enquanto uma elevação propensão marginal a consumir implica um efeito proporcionalmente maior, como resultado de certa variação no investimento, o efeito absoluto será, todavia, menor se a propensão média a consumir for mais alta.

Desemprego e pobreza contribuem para o agravamento da discriminação social de toda ordem: racial, etária, cultural e de gênero. Na ausência de um forte ataque, de forma a conduzir igual oportunidade de trabalho via programas sociais de combate à pobreza e o desemprego, uma solução, via mercado, poderá resultar em fracasso por razões óbvias.

A persistência da pobreza no meio de um verdadeiro esmagamento da habilidade para produzir é um problema econômico fundamental nas economias capitalistas. Por isso, é necessária a adoção de políticas econômicas para reduzir a pobreza absoluta. O problema nacional é como materializar um programa social moderno para alcançar este objetivo.

Na ausência de um bom programa social de combate a pobreza extrema não haverá solução. A pobreza social tem duas faces: 1º) a baixa renda privada das famílias; e 2º) a baixa qualidade do ambiente que empobrece mais ainda a todos. Para Minsky (1975), além da baixa renda aquém do salário mínimo, o desemprego é, por si só, uma fonte de pobreza. Desta forma, explicar as variações do nível de emprego é o principal objetivo da teoria do emprego de Keynes.

Para os economistas clássicos, o desemprego era justificado pela recusa dos trabalhadores em aceitar um salário menor que aquele correspondente à redução da produtividade marginal do trabalho. Os clássicos definiam o desemprego voluntário como aquele desemprego decorrente da recusa ou incapacidade do trabalhador em aceitar uma remuneração equivalente à produtividade marginal, em decorrência da legislação ou dos costumes sociais, ou da falta do entendimento para o contrato coletivo, ou da lentidão em adaptar-se às mudanças, ou ainda, em razão da pura obstinação humana.

Já os economistas neoclássicos aceitam apenas dois tipos de desemprego – o voluntário e o friccional. O desemprego voluntário se manifesta no mercado de trabalho bastando que os trabalhadores que estejam dispostos a trabalhar resolvam não aceitar uma redução adequada dos seus salários reais. Além do desemprego voluntário, os economistas clássicos admitiam o denominado desemprego friccional como sendo o desemprego temporário, em face da demora do deslocamento dos trabalhadores de uma determinada atividade para outra, mas que as forças do mercado de trabalho se encarregariam de ajustar.

No entanto, os clássicos desconheciam o desemprego involuntário. Nas palavras de Keynes (1982, p. 53):

Existem desempregados involuntários quando, no caso de uma ligeira elevação dos preços dos bens de consumo de assalariados relativamente aos salários nominais, tanto a oferta agregada de mão-de-obra disposta a trabalhar pelo salário nominal corrente quanto a procura agregada da mesma ao dito salário são maiores que o volume de emprego existente.

Logo, o desemprego involuntário decorre do fato de que, neste caso, o trabalhador procura trabalho e não se nega a aceitar o salário real vigente, mas mesmo assim não encontra emprego. Para Keynes (1982), o emprego equivale à demanda por trabalho determinada pela produtividade, desde que o trabalho demandado seja igual ou inferior à quantidade disponível no estabelecimento de regras institucionais para os salários.

Ou seja, na concepção de Keynes (1982) é possível que o fornecimento de força de trabalho dentro do sistema de salários exceda a demanda, e que os processos em andamento em resposta ao desemprego sejam ineficazes quanto à eliminação do excesso de oferta. Quando isso acontece tem-se o que Keynes chamou de desemprego involuntário. Como observa Minsky (2010), o desemprego involuntário não significa uma situação de excesso de oferta ou de demanda, e não elimina a queda nos salários; trata-se de um equilíbrio apenas no sentido de que a reação do mercado ao excesso de oferta não eliminará, por si só, tal excesso eficientemente.

Na Teoria Geral, Keynes considera que, no curto período, o montante em valor que os consumidores de uma dada comunidade (famílias) gasta, *ex post*, na compra de bens de consumo – ou que os empresários esperam que a comunidade (famílias) venha gastar, *ex ante*, na compra de bens de consumo – depende, evidentemente: i) em parte, do montante de renda agregada, enquanto fonte de autofinanciamento dos gastos de consumo das famílias ou dos indivíduos; ii) em parte, de outros fatores objetivos que influenciam a variação da próprio montante da renda agregada; iii) em parte, dos fatores subjetivos relativos às necessidades subjetivas, as propensões psicológicas e os hábitos dos indivíduos que compõem a comunidade.

Keynes (1982) acrescenta e fornece o devido destaque a um quarto fator objetivo – a distribuição da renda agregada da comunidade – como também responsável pela variação do montante dos gastos em compra de bens de consumo – esperados (*ex ante*) ou realizados (*ex post*) – pelos indivíduos de uma comunidade. Além da renda agregada e os demais fatores associados a determinado do emprego, Keynes (1982) destaca a importância dos princípios que governam a distribuição da renda entre os indivíduos (ou famílias) são passíveis de mudanças à medida que aumenta a produção. Fica evidente a importância atribuída por Keynes à distribuição de renda pessoal no âmbito da sua teoria da demanda efetiva a qual explica a determinação do emprego efetivo numa economia monetária da produção.

Na sua teoria da propensão a consumir, Keynes (1982) também destaca a influência da variação dos salários sobre os gastos e preços dos bens de consumo, bem como as possíveis consequências sobre os gastos na compra de bens de consumo agregado de uma mudança na distribuição da renda real entre os empresários e os rentistas. Como se observa, Keynes amplia o número dos participantes da distribuição de renda agregada para além das duas classes sociais produtoras fundamentais: empresários e trabalhadores.

Na teoria da propensão a consumir de Keynes, a distribuição de renda agregada, como um fator objetivo importante na variação dos gastos de consumo, é tomada tanto pelo lado dos gastos em consumo das famílias, como consumidores-compradores, quanto pelo lado da renda – como fonte de financiamento importante dos gastos de consumo dos empresários, trabalhadores e rentistas. De fato, Keynes (1982, p. 115) admite “(...) as possíveis consequências sobre o consumo agregado de uma mudança na distribuição da renda real entre os empresários e os *rentiers*, provocada por uma variação na unidade de salário”.

Keynes não somente considerou a distribuição da renda funcional pelo lado da demanda efetiva – *ex ante* e *ex post* – representada pelo montante dos gastos em consumo das famílias das classes sociais produtivas fundamentais – empresários e trabalhadores – como a ampliou ao incorporar os *rentistas* como uma nova classe social pertencente à economia das finanças especulativas. Contudo, percebe-se que Keynes tomou a distribuição da renda agregada como um fator condicionante das variações dos gastos de consumo das famílias, mas como uma variável estável no curto período.

Na Teoria Geral, Keynes admite a estrutura social como um dado, com o resultado de que o nível de emprego é determinado independentemente das variações na distribuição da renda. Esta hipótese de Keynes constitui uma boa aproximação da realidade, no curto prazo, porque são escassas as chances de uma mudança profunda da distribuição de renda capaz de influenciar a demanda efetiva dos gastos de consumo.

3. POBREZA E AS SUAS PRINCIPAIS FORMAS DE MENSURAÇÃO

A riqueza é um meio para que o indivíduo realize seus desejos materiais ou imateriais no mundo em que vivemos. A forma da riqueza que mais interessa ao indivíduo é riqueza líquida, isto é, o dinheiro. A utilidade social do dinheiro está nas coisas que ele nos permite fazer – as liberdades substantivas que ele nos ajuda obter numa sociedade capitalista. Mas essa relação não é exclusiva, pois existem outras influências humanas significativas na vida das pessoas: a família, a religião, a profissão, o lazer, etc.

É importante reconhecer o papel que desempenha o dinheiro na determinação da qualidade de vida das pessoas numa economia onde a modernidade é caracterizada pelo ideal consumista. A concepção de desenvolvimento com bem-estar-social deve ir além do crescimento da renda e da acumulação de riqueza. De fato, desenvolvimento com bem-estar-social requer outros fatores relacionados, sobretudo a melhoria das condições de vida e das liberdades individuais. Há um significativo número de pessoas que são vítimas de diversas formas de privação de liberdade.

Dentre as formas de privação de liberdade – econômicas, políticas, sociais, civis, religiosas e culturais – é a privação das necessidades sociais básicas que merece tratamento especial: o direito a alimentação para evitar a morte ou a subnutrição; o direito aos serviços de água tratada, saneamento básico, saúde e educação. As desigualdades de renda e outras formas de desigualdades acentuam a perda de liberdades e de direitos humanos. Existe, também, a privação de liberdade política e de direitos civis básicos, às vezes, mesmos em países ditos democráticos.

A privação de liberdade pode surgir pelo impedimento de participação política (violação do direito de voto e outros direitos políticos e cívicos) ou pela ausência de oportunidades na educação e no mercado de trabalho. Esse conjunto de direitos das pessoas quando conquistadas dotam as mesmas de uma liberdade substantiva que, por sua vez, contribuiu para ampliar as capacidades potenciais e efetivas das pessoas de levar um tipo de vida que elas valorizam, como determina Sem (2000).

A capacidade pessoal consiste da realização de combinações alternativas de ações capazes de serem realizadas num certo contexto social. Além do critério de renda adotado para caracterizar a pobreza, há que se considerar nos estudos sobre pobreza a privação de liberdades, de oportunidades e de qualidade de vida. A liberdade substantiva e a justiça social são dois atributos relevantes para que o desenvolvimento social contribua à erradicação da pobreza.

Nesse contexto, a pobreza não está associada exclusivamente a privação de um bem pela ausência de oportunidade de emprego para obtenção de renda, mas também à incapacidade da obtenção das necessidades básicas por direito de cidadania numa democracia. Por isso, as capacidades adquiridas pelos cidadãos não se referem apenas ao acesso pela via do mercado a bens materiais ou imateriais, mas também a sua inclusão social, política e comunitária no território onde residem as pessoas pobres.

As liberdades instrumentais – liberdades políticas, oportunidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparências e segurança protetora – ajudam não somente a capacidade (liberdade substantiva) das pessoas viverem mais livremente, mas também geram efeitos sinérgicos importantes como um produto social pacificador das tensões e violências no campo e na cidade, segundo Sem (2000).

3.1. Conceitos e indicadores de medida da pobreza

O problema da pobreza merece ser estudado tanto no âmbito da equidade quanto no âmbito da eficiência relativa aos programas sociais de combate à pobreza. A abordagem da equidade social está associada a questão ética inerente à pobreza numa economia que pretende ser desenvolvida; e a abordagem da eficiência está mais ligada ao alto custo resultante de exclusão social de uma parte da população ativa que poderia estar contribuindo para o desenvolvimento econômico.

Ou seja, a pobreza é uma mácula social que, embora esteja ligado à desigualdade de renda e de capacidades humanas, não pode ser resolvido apenas por políticas fiscais de redução das desigualdades. Políticas fiscais de redução de desigualdade de renda, por meio do imposto de renda progressivo, podem, às vezes, até acirrar mais os conflitos e levar a perdas e descontentamentos da maioria. Tendo isto em conta é preciso definir os construtos medidores de pobreza.

As medidas de pobreza podem ser agrupadas em dois tipos: medidas monetárias e não-monetárias. A abordagem monetária distingue a linha de indigência e da linha de pobreza. A linha de indigência é definida pelo valor monetário necessário para a aquisição de uma cesta básica que tenha a quantidade calórica mínima à sobrevivência do indivíduo; e a linha de pobreza é o valor monetário da linha de indigência acrescido do valor monetário capaz de cobrir as despesas básicas em termos de vestuário, transporte e moradia.

Estas duas medidas são consideradas indicadores da pobreza absoluta uma vez que elas permitem a identificação do contingente de pobres em um dado país. A linha de pobreza medida em termos de renda monetário é limitada porque deixa de levar em conta o valor não-monetário dos bens e serviços, sobretudo quando se estuda a pobreza rural, conforme visto nos estudos de Salama e Destremau (1999).

Uma vantagem do emprego dos índices de pobreza absoluta é que eles permitem fazer comparações da pobreza, com outros países, para determinar a posição relativa (*ranking*) dos países na questão da pobreza social. Os índices da pobreza absoluta são importantes porque permitem a identificação do grau de pobreza e a consequente a falta de recursos necessários à reprodução da vida humana.

Contudo, a principal crítica feita aos índices da pobreza absoluta é que eles não são capazes de retratarem todas as dimensões da pobreza social, já que o estado de bem estar das pessoas é determinada por um complexo de variáveis sociais, psicológicas, sociais e culturais; e não somente pela variável econômica renda. Mas, apesar dessa limitação, há quem defenda os índices de pobreza absoluta porque as pesquisas nacionais de domicílios no Brasil cada vez mais investigam um amplo número de variáveis socioeconômicas que podem revelar outras dimensões das condições de vida da população, sustenta Rocha (2001).

A abordagem da pobreza relativa, por sua vez, procura situar o indivíduo (ou família) na sociedade. Hoffmann (2000) ressalta que se o pobre tiver uma posição relativa no contexto da sociedade, então a pobreza relativa revela uma forma de desigualdade de renda. Uma medida de pobreza relativa que leve em conta apenas a moeda corrente acaba valorizando mais o valor monetário dos bens e serviços do mercado do que os valores dos bens e serviços não-monetários, particularmente quando se trata de mensurar a pobreza rural. Por fim, a linha de pobreza deixa de fora as transferências de renda, seguridade social e outros auxílios de complementares de renda por parte do Estado, conforme Lopes, Macedo e Machado (2003).

A abordagem de Salama e Destremau (1999) para definição de pobreza está associada ao conceito de não satisfação das necessidades básicas, de forma que sem elas os indivíduos não seriam cidadãos capazes de usufruir um mínimo de dignidade humana. O acesso aos serviços tais como água potável, rede de esgoto, coleta de lixo, transporte coletivo, educação,

saúde e lazer são imprescindíveis para que os indivíduos possam levar uma vida digna com chances de inserção na sociedade.

Trata-se de uma abordagem universal na medida em que estas são necessidades gerais de todas as pessoas de qualquer país. Apesar da dificuldade metodológica de mensuração de necessidades básicas, é possível com algum critério ad hoc estabelecer as necessidades básicas mínimas que são mensuráveis.

Sen (2000) afirma que a pobreza deve ser vista como uma privação das capacidades básicas em vez de apenas como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza. A pobreza como privação de liberdades substantivas não envolve a negação da sensata ideia de que a renda baixa é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a privação de renda pode ser uma razão primordial da privação das capacidades de uma pessoa.

Nestes termos, a perda de renda individual pode também ser causada pelo desemprego, embora essa perda possa ser compensada pela política de auxílio desemprego. Contudo, essa política social de compensação tem sofrido críticas em face do ônus fiscal e do efeito relaxamento por parte de alguns beneficiários demorarem a procurar novo emprego. Costa (2002) desenvolveu um novo indicador, já aplicado em doze países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de natureza multidimensional que utiliza oito atributos: 1º) renda domiciliar; 2º) tamanho da família; 3º) dimensões da residência; 4º) acesso à água potável e banheiro; 5º) principal atividade do chefe de família; 6º) acesso à energia elétrica; 7º) violência social (homicídios); e, por último, o 8º) nível educacional (Martini, 2009).

3.2. Índices de desigualdade da renda e Índices da pobreza: uma breve exposição

Os índices de Gini e de Theil são duas medidas frequentemente usadas para medir o grau de concentração da renda ou distribuição de renda de uma unidade territorial. Mas esses indicadores são também usados para mensurar o grau de concentração da renda urbana de um país, ou mesmo de uma região metropolitana de uma nação.

Na atual conjuntura, justifica-se estudar a questão da distribuição de renda das grandes metrópoles pela crescente importância delas na geração da riqueza e da renda de uma economia nacional de porte continental quanto ao seu território como a economia brasileira.

No que tange a utilização dos índices de desigualdade de renda, o índice de Gini pode ser usado para mensurar o grau de concentração (ou desigualdade) da renda por estrato da população correspondente por meio da equação de Brow, tal que:

$$G = 1 - \sum_{k=1}^n (X_k - X_{k-1}) (Y_k + Y_{k-1}) \quad (1)$$

Em que:

k (1, 2, 3.....n) = número dos elementos das variáveis;

X = Proporção acumulada da variável população das regiões metropolitanas por estrato de renda;

Y = proporção acumulada da variável rendimento per capita.

Desta forma, se o intuito é calcular o Índice de Gini (G) só para uma distribuição discreta, então, para fins de comparação com outros estudos, sugere-se usar a seguinte fórmula, conforme Ferreira e Litchfield (2000):

$$G(Gini) = \frac{1}{2n^2\bar{y}} \sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n |y_i - y_j| \quad (2)$$

O coeficiente de entropia de uma distribuição é dado pela seguinte equação:

$$EG(\alpha) = \frac{1}{(\alpha^2 - \alpha)} \left[\frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \left(\frac{y_i}{\bar{y}} \right)^\alpha - 1 \right] \quad (3)$$

Sendo:

n é o número de indivíduos da amostra;

y_i é a renda familiar per capita para a pessoa $i = (i = 1, 2, 3, \dots, n)$;

$\bar{y} = \left(\frac{1}{n} \sum_{i=1}^n y_i\right)$ é a média simples da renda.

Assim, o parâmetro α da entropia (EG) representa o peso dado à distância entre rendas em partes diferentes da distribuição. Neste caso, o valor de $\alpha = 0$ concede mais peso a distância entre rendas da cauda inferior e $\alpha = 1$ dá mais a cauda superior da distribuição.

O índice de Theil (T) é derivado da medida de entropia (EG) de uma distribuição, com parâmetros $\alpha = 0$ e $\alpha = 1$, de forma que, aplicando a regra de L'Hopital, obtém-se as seguintes expressões dos índices T de Theil T e L de Theil, segundo Hofmann (1980):

$$T_T = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^N \left(\frac{y_i}{\bar{y}} \cdot \ln \frac{y_i}{\bar{y}} \right) \quad T_L = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^N \left(\ln \frac{\bar{y}}{y_i} \right)$$

$$\bar{y} = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^N y_i$$

Temos que:

N = número de pessoas;

y_i = é a renda da i-ésima pessoa;

\bar{y} = é a renda média das pessoas.

Já sobre a determinação de índices da pobreza, temos uma dada população com n indivíduos, seja x_i (com $i = 1, 2, 3, \dots, n$) a renda (ou a renda familiar per capita i-ésima pessoa. Os indivíduos da série estão ordenados numa sequência crescente da renda, isto é, da seguinte maneira:

$$x_1 \leq x_2 \leq \dots \leq x_n$$

Se os indivíduos de renda igual ou menor a z são consideradas pobres, então o valor z é denominado de linha de pobreza. Admitindo-se que haja k pessoas pobres. Neste caso, temos:

$$x_k \leq z \quad \text{e} \quad x_{k+1} \geq z$$

As proporções de pobres (H) na população é dada por:

$$H = \frac{k}{n} \quad (1)$$

É claro que, de acordo com (1), temos os seguintes limites de H: $0 \leq H \leq 1$

O valor de H é um indicador de extensão (ou incidência) da pobreza. Embora H seja um indicador do grau de pobreza, ele é insensível a variações na intensidade da pobreza, uma vez que H não é afetado se a renda dos pobres for reduzida.

Outra medida do grau de pobreza é a razão de insuficiência de renda (I) dada por:

$$I = \frac{1}{kz} \sum_{i=1}^k (z - x_i) \quad (2)$$

A diferença $(z - x_i)$, com $i \leq k$, revela em quanto deveria crescer a renda de uma pessoa pobre para atingir a linha de pobreza. Essa insuficiência de renda para o conjunto dos pobres (S) é dada por:

$$S = \sum_{i=1}^k (z - x_i) \quad (3)$$

Verifica-se que I é a razão entre a insuficiência de renda e o montante da renda que deveria ser recebida pelos k pessoas pobres para que aquela insuficiência de renda fosse eliminada, tal que da equação (2) pode-se deduzir:

$$I = 1 - \frac{1}{kz} \sum_{i=1}^k x_i \quad (4)$$

Expressando a renda média dos pobres por m, temos:

$$m = \frac{1}{k} \sum_{i=1}^k x_i \quad (5)$$

Das equações (4) e (5) podemos expressar I de maneira tal que:

$$I = 1 - \frac{m}{z} = \frac{z-m}{z} \quad (6)$$

A equação (6) revela que, dados os valores de z e m, o valor da razão de insuficiência de renda é insensível ao número de pobres. O valor de situa-se entre 0 e 1, tal qual $0 \leq I \leq 1$. As medidas de pobreza H e I apresentam, portanto, defeitos e qualidades. Enquanto H é insensível à intensidade da pobreza de cada indivíduo; H é insensível ao número de pobres. Ademais, uma sugestão bem simples seria adotar o produto dos dois indicadores, HI, de forma que $0 \leq HI \leq 1$.

Fica evidente que HI é afetado tanto pela extensão da pobreza (número de pobres) quanto pela intensidade da pobreza (insuficiência de renda). Mas o valor de HI não é afetado por uma redistribuição de entre os pobres. Se um montante de renda é transferido de um pobre para outro, sem que aquele receba a renda adicional deixe de ser pobre, então tanto o número de pobres quanto a insuficiência de renda não são alterados, o que significa que o valor de HI permanece o mesmo. Levando em consideração a desigualdade da distribuição da renda entre os pobres, Sen (1976) sugeriu a seguinte medida de pobreza:

$$P = H[I + (1 - I).G^*]$$

Em que:

P = Medida de pobreza;

H = extensão do número de pobres;

I = Incidência da renda dos pobres;

G^* = Índice de Gini da desigualdade da distribuição da renda entre os pobres.

Quando todos os pobres têm a mesma renda, o valor do índice de Gini for zero, o índice de pobreza de Sen (P) é tal que $P = HI$. O valor da linha de pobreza é definido pela renda necessária para uma vida digna. Percebe-se que é qualquer critério para fixar a linha de pobreza fica sujeito a subjetividade.

Entretanto, apesar da escolha da linha de pobreza ser arbitrária, isso não invalida a utilização dessas medidas de pobreza para comparar o grau de pobreza em diversas regiões e em diferentes períodos, desde que os indicadores de pobreza sejam calculados a partir da mesma linha de pobreza (Hoffmann, 1998).

4. CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL

Entre 1995-2012 as áreas metropolitanas tiveram um crescimento populacional significativo, como pode ser observado na Tabela 1. Nota-se que a metrópole de Goiânia e a Região Integrada do Distrito Federal tiveram as maiores taxas de crescimento populacional entre 1995-2012, seguido das emergentes metrópoles de Curitiba (3,59%), Fortaleza (3,09%) e Belém (3,04%).

Por outro lado, as taxas de crescimento anual das megametrópoles, a exemplo de São Paulo (1,84%), Rio de Janeiro (1,40%) e Belo Horizonte (2,63%) e Porto Alegre (1,36%), foram menores. Os demais resultados podem ser observados na Tabela 1 da seguinte maneira:

Tabela 1 – Evolução da população das regiões metropolitanas do Brasil:1995-2012

Região Metropolitana	Números absolutos em milhão de habitantes						TCA(%)	Posição
	1995	2000	2005	2009	2011	2012		
Salvador-BA	2.728	2.887	3.351	3.752	3.492	3.525	2,43	7º
Fortaleza-CE	2.636	2.944	3.350	3.569	3.573	3.613	3,09	6º
Distrito Federal-DF (*)	1.738	2.016	2.333	2.607	2.610	2.649	4,37	9º
Goiânia-GO	1.352	1.623	1.898	2.066	2.085	2.115	4,71	10º
Belo Horizonte-MG	3.765	4.195	4.872	5.101	4.914	4.953	2,63	3º
Belém-PA	1.523	1.733	2.043	2.106	2.061	2.080	3,04	11º
Recife-PE	3.087	3.238	3.599	3.769	3.718	3.744	1,77	5º
Curitiba-PR	2.229	2.712	3.141	3.265	3.160	3.190	3,59	8º
Rio de Janeiro-RJ	10.151	10.528	11.388	11.706	11.778	11.850	1,40	2º
Porto Alegre-RS	3.436	3.633	4.043	4.064	3.977	3.995	1,36	4º
São Paulo-SP	16.350	17.559	19.403	19.777	19.823	19.957	1,84	1º
Total	48.995	53.068	59.421	61.783	61.191	61.671	2,16	
Região metropolitana	Números relativos em %						TCA (%)	Posição
	1995	2000	2005	2009	2011	2012		
Salvador –BA	5,57	5,89	5,64	6,07	5,71	5,72	0,22	7º
Fortaleza-CE	5,38	6,01	5,64	5,78	5,84	5,86	0,74	6º
Distrito Federal-DF(*)	3,55	4,12	3,93	4,22	4,27	4,29	1,76	9º
Goiânia-GO	2,76	3,31	3,19	3,34	3,41	3,43	2,03	10º
Belo Horizonte-MG	7,69	8,56	8,20	8,26	8,03	8,03	0,38	3º
Belém-PA	3,11	3,54	3,44	3,41	3,37	3,37	0,71	11º
Recife-PE	6,30	6,61	6,06	6,10	6,08	6,07	-0,30	5º
Curitiba-PR	4,55	5,53	5,29	5,28	5,16	5,17	1,14	8º
Rio de Janeiro-RJ	20,72	21,49	19,17	18,95	19,25	19,22	-0,60	2º
Porto Alegre-RS	7,01	7,42	6,80	6,58	6,50	6,48	-0,63	4º
São Paulo-SP	33,37	35,84	32,65	32,01	32,39	32,36	-0,25	1º
Total	100,00	108,31	100,00	100,00	100,00	100,00	0,00	

Fonte: IBGE. (*) Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e entorno. TCA= Taxa de crescimento anual (%) da população entre 1995-2012. Posição: classificação das metrópoles quanto ao tamanho da população em 2012.

A Tabela 2 revela a evolução do PIB a custo de fatores das regiões metropolitanas do Brasil entre 2000-2011. Nota-se que das megaregiões metropolitanas, o Estado de São Paulo (2,17%), Rio de Janeiro (1,43%) e Belo Horizonte (4,50%), está última foi a que apresentou o melhor desempenho entre todas as regiões metropolitanas, seguida de Goiânia (4,38%) e Fortaleza (4,19%).

Tabela 2 – Evolução do PIB das regiões metropolitanas do Brasil: 2000-2011

(Em bilhões de reais a preços de 2000)

Área metropolitana	2000	2001	2005	2007	2009	TCA(%)
Área Metropolitana de Salvador – BA	24,47	24,48	29,03	29,67	32,45	3,26
Área Metropolitana de Fortaleza – CE	14,58	14,39	16,58	18,18	20,69	4,19
Região Integrada do Distrito Federal-DF	46,47	47,28	50,75	56,04	63,50	3,66
Área Metropolitana de Goiânia – GO	10,20	10,24	11,53	13,62	14,67	4,38
Área Metropolitana de Belo Horizonte - MG	33,66	35,18	40,12	47,67	48,80	4,50
Área Metropolitana de Belém – PA	7,60	7,74	8,83	9,87	10,08	3,26
Área Metropolitana de Recife – PE	17,67	17,93	20,61	22,94	24,66	3,96
Área Metropolitana de Curitiba – PR	27,73	27,94	31,73	36,44	38,48	3,88
Área Metropolitana do Rio de Janeiro - RJ	107,05	106,40	109,27	116,95	122,40	1,43
Área Metropolitana de Porto Alegre - RS	38,47	38,87	43,00	44,52	46,16	2,00
Área Metropolitana de São Paulo – SP	243,19	246,18	259,10	287,43	296,06	2,17

Fonte: IBGE.

As metrópoles de Recife (3,99%), Salvador (3,26%) e Belém (3,26%) também tiveram um bom desempenho do ponto de vista da taxa de crescimento do PIB. Entre as economias

metropolitanas, sem dúvida, a economia da metrópole do São Paulo teve o seu PIB aumentado de R\$ 243,19 bilhões (2000) para R\$ 296,06 bilhões (2009) e, por isso, é a economia líder em tamanho do produto interno bruto. Na sequência vem a metrópole do Rio de Janeiro e depois a de Belo Horizonte,

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador multidimensional que capta as mudanças sociais e econômicas de um território a nível nacional e subnacional. O desenvolvimento humano é o fim e o crescimento com distribuição de renda é o meio. O IDH é um índice sintético resultante da média simples de três sub-índices referentes às dimensões de longevidade de vida (IDHM-L), educação (IDHM-E) e renda (IDHM-R)⁴.

A Tabela 3 mostra a evolução do IDH dos estados das áreas metropolitanas do Brasil. Nota-se que houve uma significativa melhoria do IDH em todos os estados das regiões metropolitanas entre 1970-2000. Essa melhoria do IDH sugere que o crescimento da renda dos estados brasileiros veio acompanhado de melhoria em educação e saúde que elevou a longevidade da vida.

Tabela 3 – IDH dos Estados das regiões Metropolitanas do Brasil: 1970-2000

Estado	1970	1980	1991	2000
Bahia	0,332	0,515	0,530	0,688
Ceará	0,293	0,440	0,517	0,700
Goiás	0,404	0,660	0,722	0,776
Minas Gerais	0,412	0,675	0,699	0,773
Pará	0,404	0,579	0,595	0,723
Pernambuco	0,332	0,502	0,572	0,705
Paraná	0,440	0,700	0,760	0,787
Rio de Janeiro	0,657	0,733	0,782	0,807
Rio Grande do Sul	0,541	0,744	0,786	0,814
São Paulo	0,643	0,728	0,787	0,820

Fonte: Ipeadata (2000).

A Tabela 4 mostra, ainda, os valores dos rendimentos das famílias nas áreas urbanas, rurais e totais por cada região metropolitana brasileira no período de 1980-2000. Analisando-se o comportamento da distribuição dos rendimentos familiares, por região metropolitana, nota-se que os rendimentos das famílias localizadas nas áreas urbanas se mantiveram na maioria das metrópoles em torno de 95% do total do rendimento recebido da região metropolitana brasileira.

A participação relativa do rendimento recebido pelas famílias que residem na área rural da região metropolitana situa-se em sua maioria em torno de menos de 1%. No período entre 1980-2000, os rendimentos urbanos, rurais e totais aumentaram em todas às regiões metropolitanas brasileiras.

Já a participação dos rendimentos das famílias residentes nas áreas urbanas, rurais e totais em relação ao total rendimento das famílias de todas as regiões metropolitanas do Brasil aumentou em todas as metrópoles brasileiras, com exceção de São Paulo e Rio de Janeiro que perderam posição relativa entre 1980-2000.

⁴ Classificação do PNUD (1996): IDH superior $\geq 0,80$; IDH médio $0,50 \leq IDH \leq 0,80$; e IDH inferior $> 0,50$.

Tabela 4 – Evolução e composição do rendimento urbano, rural e total das regiões metropolitanas do Brasil: 1980-2000

(R\$ 1000,00 a preços do ano 2000)

Área metropolitana		1980			1991			2000		
		R\$	DPM(%)	DPB(%)	R\$	DPM(%)	DPB(%)	R\$	DPM(%)	DPB(%)
Salvador	Urbano	441,56	98,53	1,86	480,06	98,17	1,91	921,56	99,55	1,85
	Rural	6,58	1,47	0,03	8,94	1,83	0,04	4,15	0,45	0,01
	Total	448,14	100,00	1,89	489,00	100,00	1,94	925,71	100,00	1,86
Fortaleza	Urbano	268,36	97,55	1,13	343,45	98,86	1,36	736,55	99,12	1,48
	Rural	6,75	2,45	0,03	3,97	1,14	0,02	6,53	0,88	0,01
	Total	275,11	100,00	1,16	347,41	100,00	1,38	743,09	100,00	1,49
Goiânia	Urbano	198,66	96,80	0,84	272,44	98,48	1,08	645,37	99,04	1,29
	Rural	6,56	3,20	0,03	4,20	1,52	0,02	6,27	0,96	0,01
	Total	205,22	100,00	0,87	276,64	100,00	1,10	651,64	100,00	1,31
Belo Horizonte	Urbano	743,22	97,95	3,14	787,11	98,02	3,13	1673,91	98,91	3,36
	Rural	15,56	2,05	0,07	15,89	1,98	0,06	18,47	1,09	0,04
	Total	758,78	100,00	3,20	803,00	100,00	3,19	1692,38	100,00	3,39
Belém	Urbano	163,97	87,38	0,69	200,25	77,47	0,80	480,60	99,12	0,96
	Rural	23,68	12,62	0,10	58,23	22,53	0,23	4,29	0,88	0,01
	Total	187,65	100,00	0,79	258,48	100,00	1,03	484,89	100,00	0,97
Recife	Urbano	414,36	94,72	1,75	476,93	97,88	1,89	916,41	99,18	1,84
	Rural	23,11	5,28	0,10	10,34	2,12	0,04	7,56	0,82	0,02
	Total	437,47	100,00	1,85	487,27	100,00	1,94	923,97	100,00	1,85
Curitiba	Urbano	397,41	96,25	1,68	522,81	97,07	2,08	1198,64	96,84	2,40
	Rural	15,49	3,75	0,07	15,75	2,93	0,06	39,14	3,16	0,08
	Total	412,89	100,00	1,74	538,57	100,00	2,14	1237,78	100,00	2,48
Rio de Janeiro	Urbano	2999,40	99,45	12,66	2496,94	99,71	9,92	4844,71	99,70	9,71
	Rural	16,55	0,55	0,07	7,24	0,29	0,03	14,70	0,30	0,03
	Total	3015,95	100,00	12,73	2504,18	100,00	9,95	4859,41	100,00	9,74
Porto Alegre	Urbano	780,60	96,82	3,29	822,74	97,74	3,27	1635,60	97,85	3,28
	Rural	25,66	3,18	0,11	19,01	2,26	0,08	35,86	2,15	0,07
	Total	806,26	100,00	3,40	841,75	100,00	3,34	1671,46	100,00	3,35
São Paulo	Urbano	4823,18	98,52	20,35	5214,53	99,01	20,72	8800,88	98,33	17,65
	Rural	72,24	1,48	0,30	51,96	0,99	0,21	149,90	1,67	0,30
	Total	4895,41	100,00	20,66	5266,48	100,00	20,92	8950,78	100,00	17,95
Brasil	Urbano	20573,95	86,82	86,82	22998,44	91,36	91,36	46469,38	93,18	93,18
	Rural	3122,54	13,18	13,18	2174,01	8,64	8,64	3402,10	6,82	6,82
	Total	23696,49	100,00	100,00	25172,44	100,00	100,00	49871,47	100,00	100,00

Fonte: Microdados/PNAD/IBGE. DPM= Distribuição percentual dos rendimentos urbanos e rurais por região metropolitana; DPB = Distribuição percentual dos rendimentos urbanos e rurais em relação ao rendimento total do Brasil.

5. DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E POBREZA NAS ÁREAS METROPOLITANAS BRASILEIRAS: ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) é uma pesquisa anual com desenho de amostragem extremamente complexa. É, na verdade, uma importante fonte de dados para estudos sobre a pobreza no Brasil em vários níveis, inclusive das metrópoles da nação. Entretanto, como determina Grossi e Silva (2002), é preciso ficar atento às diferenças dos registros das populações urbanas e rurais dos censos decenais e das PNAD anuais entre os períodos intercensitários.

Nas regiões metropolitanas e nos municípios autorrepresentativos – isto é, municípios de grande população situados fora das regiões metropolitanas – a amostra é feita em dois estágios a partir dos quais a unidade primária amostral (PSU) é extraída dos setores censitários selecionados.

Estes setores são selecionados com probabilidade proporcional ao tamanho (PPS) dos setores sendo utilizados como *proxy* do tamanho do número de domicílios em cada setor. Para cada setor selecionado são escolhidos os domicílios – o local de moradia estruturalmente independente é constituído por um ou mais cômodos – por intermédio da amostragem sistemática.

Há uma estratificação implícita realizada pelo IBGE a partir dos setores da amostra. Deve-se levar em consideração que os erros de amostragem em uma amostra complexa, como

as PNADs, são mais altos do que os mesmos erros de uma amostra aleatória simples (AAS) com o mesmo tamanho da amostra [(Pessoas e Silva, 1998); Neder (2004)].

Cabe ressaltar, por fim, que a comparação entre os dados da PNAD entre os anos 2001 e 2011 pode carregar alguma perda comparabilidade entre as estimativas destes dois anos. Isto pode ocorrer quando a área do perímetro urbano dos municípios é ampliada pela legislação fiscal para cobrança do IPTU, mas isso não necessariamente reflete um processo de urbanização que envolva uma inclusão espacial. A comparabilidade é plausível porque esse problema pode ser desprezado pelas razões já expostas.

5.1. Distribuição da renda

A mensuração da desigualdade de renda requer a definição à unidade que deve ser considerada e qual a renda. Ou seja, é necessário especificar qual é a variável e qual a população analisada. Neste trabalho iremos analisar as seguintes formas de renda distribuídas: i) o rendimento de todas as fontes de pessoas economicamente ativas; ii) o rendimento das famílias residentes em domicílios particulares; e iii) o rendimento per capita das pessoas de famílias residentes em domicílios.

Se o pesquisador estiver interessado em estudos sobre o mercado de trabalho, então é apropriado analisar a distribuição do rendimento entre pessoas economicamente ativas. Entretanto, se o estudo sobre o nível de vida (ou bem estar) das pessoas, então é mais apropriado tomar o rendimento das famílias em domicílios particulares e todas as pessoas da família classificadas pela renda per capita, uma vez que os membros uma família em geral compartilham a renda total da família (Hoffmann, 2000).

5.1.1. Pobreza e indigência

É bastante conhecido na literatura da economia da pobreza o fato de que os índices de pobreza baseados exclusivamente em insuficiência de renda são inadequados para identificar as populações pobres. A pobreza como um fenômeno social é de natureza multidimensional na medida em que está relacionada não só com as privações econômicas, em termos de bens materiais, mas também as privações sociais, políticas, culturais e ambientais.

Na perspectiva multidimensional, portanto, a pobreza não se resume apenas a insuficiência de renda, mas privações habitacionais, de saneamento básico, energia elétrica, iluminação das ruas, a educação, saúde e inserção no mercado de trabalho.

A linha de indigência é determinada normalmente pelo valor monetário necessário para a aquisição de uma cesta básica que tenha a quantidade calórica mínima para a sobrevivência do indivíduo; e a linha de pobreza é o valor monetário da linha de indigência acrescido do valor monetário necessário para cobrir as despesas básicas em termos de vestuário, transporte e moradia. A Tabela 5 revela o percentual das pessoas que está localizada abaixo da linha de indigência e de extrema pobreza⁵.

Nota-se que as metrópoles que tiveram aumentos percentuais de pobreza e de extrema pobreza foram às cidades de Belém e São Paulo. O percentual de indigentes (taxa de extrema pobreza) na região da metrópole de São Paulo subiu de 3,34% (1970) para 6,53% (2000) e o percentual de pobres subiu de 9,43% (1970) para 14,09% (2000).

⁵ A linha de pobreza foi calculada com base no ano de 2001 em R\$70,00 e depois foi deflacionada pelo INPC para todos os anos da série estudada, de forma que, por exemplo, em 2011 a linha de pobreza ficou em R\$ 36,055958 = $70 \times \frac{1776.9200}{3449.7600}$. A linha de indigência, como já foi explicada, situa aquela população de pobres abaixo da linha de pobreza.

Tabela 5 – Percentual de pessoas indigentes e pobres nas áreas metropolitanas do Brasil: 1991-2000

Área Metropolitana	Indigentes		Pobres	
	1991	2000	1991	2000
Salvador	16,66	15,21	37,90	33,48
Fortaleza	21,44	17,50	47,93	39,74
Goiânia	5,99	5,43	20,88	16,71
Belo Horizonte	9,04	7,35	26,12	20,02
Belém	11,83	13,20	32,23	32,62
Recife	20,39	16,61	43,43	37,03
Curitiba	5,00	5,81	16,24	14,60
Rio de Janeiro	7,58	7,76	22,06	17,89
Porto Alegre	4,64	5,23	16,18	14,13
São Paulo	3,34	6,53	9,43	14,09

Fonte: IBGE/PNAD (2001). Pobres é o percentual de pessoas com renda familiar per capital inferior aR\$ 75,50, equivalentes a ½ do salário mínimo vigente em agosto de 2000. O universo dos indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

A análise da desigualdade de renda tem alta correlação com a noção de pobreza relativa que se baseia na comparação entre estratos populacionais, independentemente das condições concretas que caracterizam os estratos mais de renda mais baixos, tal como ocorre com a análise da pobreza absoluta.

Nesse caso, as desigualdades de renda são medidas pelas diferenças entre as participações relativas dos vários grupos de população total e na renda agregada. Entre 2000-2011 ocorreram mudanças no quadro da pobreza no Brasil. Hoje não há mais dúvidas do papel das transferências públicas na queda da desigualdade da renda no Brasil tem levado a redução da pobreza e da extrema pobreza, como acentua Hoffmann (2007) e autores como Barros, Carvalho e Franco (2007).

Na Tabela 6 percebe-se uma tendência da redução da pobreza e da extrema pobreza nos estados das nove regiões metropolitanas do Brasil. Os estados Ceará (15,54%), Paraná (13,16%) e Bahia (12,86%) foram os que apresentaram as melhores taxas de redução da pobreza; e os estados das regiões metropolitanas do Ceará (9,85%), Pernambuco (7,84%), Bahia (7,34%) e o Pará foram os que mais reduziram a taxa de extrema pobreza, de acordo com os percentuais entre parêntesis, no período entre 2005-2009.

Tabela 6 – Evolução da taxa de pobreza e de extrema pobreza dos estados das regiões metropolitanas do Brasil: 2005-2009

Evolução da taxa de pobreza (%): 2005-2009						
Estado	2005	2006	2007	2008	2009	2005-2009
Bahia	51,37	45,95	43,97	40,98	38,51	12,86
Ceará	52,19	46,43	46,23	39,22	36,64	15,54
Goiás	20,52	15,61	14,65	12,45	11,95	8,69
Minas Gerais	19,80	16,27	14,45	13,02	12,05	8,57
Pará	44,71	40,64	38,34	33,75	36,70	7,74
Pernambuco	55,40	49,98	45,73	45,11	42,24	8,02
Paraná	21,64	18,24	14,88	13,46	12,37	13,16
Rio de Janeiro	21,49	17,50	14,15	15,00	13,48	9,27
Rio Grande do Sul	20,61	18,10	14,96	14,39	13,71	8,01
São Paulo	17,77	14,39	11,46	11,34	11,01	6,91

Evolução da taxa de pobreza extrema (%): 2005-2009						
Estado	2005	2006	2007	2008	2009	2005-2009
Bahia	21,56	18,15	16,53	15,44	14,22	7,34
Ceará	24,73	20,22	20,14	13,91	14,88	9,85
Goiás	5,44	3,80	3,67	3,43	3,47	1,97
Minas Gerais	5,05	3,96	3,58	3,40	3,20	1,85

Pará	15,72	12,83	11,28	9,58	11,07	4,65
Pernambuco	24,83	21,42	18,58	17,74	16,99	7,84
Paraná	6,12	5,11	3,87	3,72	3,55	2,57
Rio de Janeiro	6,16	4,48	4,25	4,01	3,72	2,44
Rio Grande do Sul	6,74	5,53	4,67	3,74	3,53	3,21
São Paulo	5,04	3,74	3,16	3,01	3,01	2,04

Fonte: IBGE.

5.2.2. Distribuição do rendimento mensal familiar per capita por Região metropolitana

O rendimento mensal familiar per capita resulta da divisão do rendimento mensal familiar pelo número de componentes da família, exclusive os daqueles cuja condição na família fosse, à época da pesquisa, pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Tendo isso conta, a Tabela 7 revela a distribuição entre a faixa dos 20% mais pobres do total da população de pobres e a faixa dos 20% mais ricos do total da população de ricos nas regiões metropolitanas do Brasil. Entre 2001 a 2011, nota-se que a proporção dos 20% mais ricos diminuiu sua participação relativa no Brasil de 83,0% (2001) para 29% (2011), o que representa uma perda de 65,06%.

A Tabela 7 revela que o rendimento médio mensal familiar per capita das famílias dos 20% mais pobres e dos 20% mais ricos, medido em termos de salário mínimo, declinou entre 2001 e 2011. A razão dos rendimentos médios mensais per capita entre os 20% mais ricos (B) e os 20% mais pobres (A) caiu em todas as regiões metropolitanas, com exceção das metrópoles do Rio de Janeiro [cujá razão subiu de 15,20 (2001) para 16,13 (2011)] e de Belo Horizonte [cujá razão subiu de 15,29 (2001) para 15,55 (2011)].

Quando se compara a razão da proporção dos 20% mais ricos em relação aos 20% mais ricos das regiões metropolitanas em 2011, verifica-se que, com exceção de Salvador, todas as regiões metropolitanas brasileiras apresentam a razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres abaixo da média do Brasil que é de 16,46 em 2011.

Tabela 7 – Rendimento médio mensal familiar per capita das famílias com rendimento, em salários mínimos, dos 20% mais pobres e dos 20% mais ricos, e relação entre os rendimentos médios, por regiões metropolitanas: 2001-2011

Metrópoles	2001			2011		
	20% mais pobre (A)	20% mais ricos (B)	(B/A)	20% mais pobres	20% mais ricos	(B/A)
Belém	0,87	13,94	16,02	0,28	4,03	14,25
Fortaleza	0,71	14,15	19,93	0,26	3,74	14,26
Recife	0,79	15,11	19,13	0,25	3,97	15,68
Salvador	0,77	16,20	21,04	0,29	5,48	18,67
Belo Horizonte	1,02	15,60	15,29	0,44	6,84	15,55
Rio de Janeiro	1,24	18,85	15,20	0,42	6,78	16,13
São Paulo	1,53	22,94	14,99	0,49	6,81	13,81
Curitiba	1,26	18,69	14,83	0,52	6,13	11,73
Porto Alegre	1,24	18,43	14,86	0,50	6,81	13,54
Brasil	0,83	15,25	18,37	0,29	4,83	16,46

Fonte: PNAD/IBGE.

Os dados confirmam uma redução das grandes desigualdades da renda mensal familiar per capita no Brasil. De fato, sempre que há aumento generalizado na proporção da renda per capita apropriada pela população mais pobre isso sugere uma queda da desigualdade de renda, independentemente de como se possa medi-la.

A Tabela 8 mostra a distribuição percentual dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares urbanos, por classes de rendimento mensal per capital, das regiões

metropolitanas do Brasil em 2011. Nota-se que dos 5.895 mil domicílios da metrópole de São Paulo 72,2% recebem um rendimento mensal per capita de até 3SM; enquanto isso dos 937 mil domicílios particulares da metrópole de Curitiba, 76,1% recebem um rendimento mensal per capita de até 3 SM. Assim, em torno dos 549 mil domicílios da metrópole de Belém, 86,2% recebem um rendimento per capita de até 3 SM.

Tabela 8 – Distribuição dos arranjos familiares residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal, por Regiões Metropolitanas: 2011

Região metropolitana	Domicílios particulares permanentes urbanos						
	Total (1000 domicílios) (1)	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (salário mínimo) (%)					
		Até ½	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5
Belém	549	26,2	31,9	21,4	6,7	5,9	4,6
Fortaleza	937	33,7	30,1	18,2	5,8	4,9	4,1
Recife	1 068	33,2	29,3	18,7	5,5	4,5	4,2
Salvador	1 016	26,3	28,7	21,1	6,8	6,0	6,5
Belo Horizonte	1 505	15,4	27,1	28,8	8,6	8,3	8,7
Rio de Janeiro	3 970	11,5	22,9	26,7	9,3	7,0	8,8
São Paulo	5 895	10,1	21,2	28,6	12,3	10,5	9,7
Curitiba	937	7,8	21,8	31,8	14,7	10,9	11,6
Porto Alegre	1 332	10,4	22,9	30,9	13,1	9,7	9,5
Brasil	47 856	19,4	27,0	26,2	9,4	7,2	6,5

Fonte: IBGE/PNAD2011.

5.2.3. Medidas de desigualdade de renda

Em linhas gerais, essa desumana e abissal distribuição de renda estrutural nas regiões metropolitanas manteve-se elevada nas duas últimas décadas do século XX. De fato, nas palavras de Barros, Henriques e Mendonça (2000, p. 38):

(...) as duas últimas décadas revelaram um cenário de concentração da renda em que os indivíduos que correspondem à parcela dos 20% mais ricos da população se apropriavam de uma renda média entre 24 e 35 vezes superior aos 20% mais pobres; os 10% dos mais ricos, por sua vez, dispunham de uma renda que oscilava entre 22 e 31 vezes acima do valor da renda obtida pelos 40% mais pobres da população brasileira.

A Tabela 8 contém os principais indicadores que medem o grau de desigualdade de renda das regiões metropolitanas brasileiras. Nota-se pela referida tabela que o Índice de Gini, que mede o grau de desigualdade de renda, caiu de 0,66 (2001) para 0,54 (2011) o que implica uma redução da desigualdade de renda nas metrópoles brasileiras.

Tabela 8 – Indicadores de desigualdade de renda das metrópoles do Brasil: 2001-2011

Anos	Gini	Theil L	Theil T	CV	Mehran	Piesch	Kakwani
2001	0,66	0,93	0,83	2,34	0,79	0,59	0,35
2003	0,67	1,33	0,76	5,32	0,78	0,62	0,37
2005	0,60	0,74	0,64	1,92	0,73	0,54	0,29
2007	0,63	0,84	0,93	2,11	0,76	0,57	0,33
2009	0,58	0,68	0,58	1,91	0,87	0,63	0,27
2011	0,54	0,58	0,48	1,61	0,67	0,48	0,24

Fonte: Microdados/PNAD/IBGE.

Os Índices de Theil confirmam esta redução da desigualdade de renda do conjunto das metrópoles do Brasil. O coeficiente de variação (CV) expresso pela razão entre o desvio-padrão e a média aritmética apresenta uma tendência declinante, o que também ajuda a revelar a tendência de queda da desigualdade de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. Os índices de Mehram e de Piesch, que são medem a decomposição da renda com sensibilidade mais acentuada em modificação na cauda esquerda (Mehram) e na cauda direita (Piesch), apresentam uma tendência de redução entre 2001-2011.

Quanto ao índice de Kakwani, metodologia apresentada em Kakwani e Son (2008) e Kakwani (2000), que parte da ideia de taxa de crescimento de equivalente de pobreza, incorpora os efeitos da expansão da renda nos níveis mais baixos da distribuição da renda, na queda da desigualdade de renda. Na Tabela 8, nota-se também que o índice de Kakwani apresenta uma tendência de redução entre 2001-2011. Todos esses indicadores sociais apontam para uma redução das desigualdades de renda no Brasil no período aqui estudado.

A Tabela 9 apresenta algumas estatísticas descritivas dos grupos populacionais das regiões metropolitanas do Brasil entre 2001-2011. A participação da população das regiões metropolitanas na população total do Brasil aumentou de 30,18% (2001) para 31,39% (2011). A renda média das regiões metropolitanas aumentou de R\$ 985,57 (2001) para R\$ 1454,19 (2011). A renda média dos pobres aumentou, também, de R\$ 16,23 (2001) para R\$ 36,46 (2011). O hiato médio da pobreza em relação à linha de pobreza correspondente cresceu de 5,377 para 6.635 entre 2001-2011.

Tabela 9 – Distribuição da população relativa, renda média, renda média dos pobres e hiato médio da pobreza das regiões metropolitanas do Brasil: 2001-2011.

Ano	Part. Pop. (%)	Média	Média dos pobres	Hiato da pobreza
2001	30,185	985,566	16,229	5.377
2011	31,490	1454,190	36,457	6.635

Fonte: Microdados/PNAD/IBGE.

A Tabela 10 revela a proporção, intensidade e risco da pobreza das regiões metropolitanas do Brasil entre 2001-2011. A proporção da pobreza das regiões metropolitanas do Brasil, em termos de FGT (a = 0), aumentou de 17,57%, em 2001, para 28,09 % em 2011. Isto significa que, além dos pobres existentes nas regiões metropolitanas, os fluxos migratórios das regiões não metropolitanas e das áreas rurais estão contribuindo para o aumento do número de pobres nas regiões metropolitanas do Brasil entre 2001-2011.

Tal situação é confirmada pelo aumento da intensidade da pobreza nas regiões metropolitanas do Brasil que, em termos de FGT(a = 1), aumentou de 22,45% (2001) para 29,45% (2011).

Tabela 10 – Distribuição da proporção, da intensidade e do risco da pobreza das regiões metropolitanas no Brasil: 2001-2011

Anos	Proporção e Intensidade da Pobreza		
	FGT(a = 0)	FGT (a = 1)	FGT (a = 2)
2001	0,17571	0,22452	0,25613
2011	0,28094	0,29454	0,30074
Anos	Risco da Pobreza		
	FGT(a = 0)	FGT (a = 1)	FGT (a = 2)
2001	0,58212	0,74384	0,84855
2011	0,89215	0,93536	0,95506

Fonte: PNAD/IBGE.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou apresentar uma discussão teórica e uma análise empírica da evolução da estrutura da desigualdade e da pobreza através de alguns indicadores sociais para o período recente entre 2001-2011. O diagnóstico social é de que vem ocorrendo nesse período estudado uma redução da desigualdade de renda e da pobreza. O crescimento econômico com distribuição de renda durante o governo Lula é uma novidade se comparado com outros governos que tiveram exuberante crescimento econômico, mas sem distribuição de renda.

Neste sentido, a redução das desigualdades de renda tem sido importante para a própria ampliação do mercado doméstico. Por outro lado, os programas de transferência de renda familiar, como o Bolsa Família, têm contribuído à redução da pobreza absoluta. Os resultados obtidos neste trabalho, por meio dos indicadores sociais, confirmam este fato. Neste trabalho, embora se reconheça a necessidade de uma avaliação dos condicionantes políticos e institucionais capazes de permitir a redução continuada da pobreza absoluta, o artigo não se propõe a discutir essas condicionantes.

O artigo também não discute as políticas distributivas alternativas que possam vir a integrar os programas sociais do governo federal que impliquem em investimentos em educação e formação de capital humano e distribuição de terras por meio de uma reforma agrária. Os resultados obtidos têm por base os dados da PNAD cujas informações são fornecidas por pessoas dos domicílios particulares da amostra estratificada, o que implica todas as limitações desse tipo de informação, sobretudo quanto à declaração dos rendimentos declarados.

Mesmo assim, trata-se de dados que estão formando ao longo dos anos um painel de dados que estão permitindo certas comparações merecedoras de crédito. É claro que a queda da concentração de renda no país tem também impactos positivos sobre a redução da pobreza e da pobreza extrema. Isto porque a redução da desigualdade de renda somente ocorre quando a renda média dos mais pobres aumenta mais rapidamente do que a renda média nacional.

O Índice de Gini, que é a medida de desigualdade mais usada pelos pesquisadores, confirma uma significativa queda de 0,66(2001) para 0,54 (2011) no período analisado. A razão entre a população entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres nas regiões metropolitanas tem diminuído conforme foi demonstrado. São vários os fatores sociais que, de alguma forma, estão contribuindo para a redução da pobreza e da desigualdade de renda, tais como: programas de transferência de renda (Bolsa Família), aumento do grau de escolaridade e os investimentos em infraestrutura social e maior acesso ao mercado de trabalho.

Mas, apesar da queda recente da desigualdade de renda no Brasil, a parte da renda total Brasileira apropriada pela parcela 1% mais rica da população permanece extremamente elevada. Isto significa que 1% da população mais rica se apropria do equivalente a renda apropriada pelos 50% mais pobres. Além disso, os 10% mais ricos detém mais de 40% da renda total, enquanto os 40% mais pobres respondem por menos de 10% da renda total.

Portanto, apesar de redução da pobreza e da desigualdade de renda, o Brasil continua ainda ocupando posição negativa por possuir um dos mais elevados graus de desigualdade de renda do mundo. Dos 64% dos países que têm renda per capita inferior a do Brasil, apenas 43% têm renda per capita dos seus 20% mais pobres menor que a renda per capita brasileira.

REFERÊNCIAS

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. “A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil”. In: **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Ricardo Henriques (Org.). Rio de Janeiro, IPEA, 2000.

BARROS, Ricardo Paes; CARVALHO, Mirela; FRANCO, Samuel. “O Papel das Transferências Públicas na Queda Recente da Desigualdade de Renda Brasileira”. In:

Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente, Vol.2. Ricardo Paes de Carvalho, Miguel Nathan Foguel & Gabriel Ulyssea. Brasília, IPEA, 2007.

GROSSI, Mauro Eduardo del; SILVA, José Graziano da (2002). “O Uso das PNADs para as Áreas Rurais”. **Texto para Discussão**, Nº 874. Campinas, SP, IE/UNICAMP, 2000.

HOFFAMANN, R. “Transferência de renda e redução da desigualdade no Brasil e em cinco regiões, entre 1997 e 2005”. In: **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente**, Vol.2. Ricardo Paes de Carvalho, Miguel Nathan Foguel & Gabriel Ulyssea. Brasília, IPEA, 2007.

HOFFMANN, R. “Mensuração da desigualdade e da pobreza”. In: Henriques, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro, IPEA, 2000.

KAKWANI, N. “On measuring growth and inequality components of poverty with application to Thailand”. **Journal of Quantitative Economics**, 16, p. 67-68, 2000.

KARWANI, N.; SON, H.H. “Poverty equivalent growth rate”. **The Review of Income and Wealth**, 54 (4), p. 643-655, 2008.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo, Atlas, 2009

LOPES, Helger Marra; MACEDO, Paulo Brígido Rocha; MACHADO, Ana Flávia. “Indicador de pobreza: Aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro”. **Texto para Discussão**, Nº 223. Belo Horizonte, MG, Cedeplar/UFMG, 2003.

MARTINI, Ricardo Agostini. “Um ensaio sobre os aspectos teóricos e metodológicos da economia da pobreza”. **Texto para Discussão**, Nº 369. Belo Horizonte, MG, Cedeplar/UFMG, 2009.

MINSKY, Hyman P. “Poverty and Unemployment”. Hyman P. Minsky Archive, **Paper 124**. http://digitalcommons.bard.edu/hm_archive/124, 1964.

NEDER, Henrique Dantas; SILVA, Jorge Luiz Mariano . “Pobreza e distribuição de renda em áreas rurais: uma abordagem de inferência”. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Vol. 42, nº 03, p. 469-486/jul./Set, 2004.

NERI, Marcelo. “Desigualdade e desenvolvimento”. In: **Brasil em Desenvolvimento: Instituições, políticas e sociedade**, Vol. 2. Ana Célia Castro, Antônio Licha, Helder Queiroz Pinto Jr. e João Saboia. (Org.). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

PESSOA, D.G.C.; SILVA, P.L.N. **Análise de dados amostrais complexos**. São Paulo, Associação Brasileira de Estatística, 1998.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano: 1996**. Lisboa, Tricontinental, 1996.

ROCHA, S. “Estimação de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil”. In: **Desigualdades e pobreza no Brasil**. Henriques R. (Org.). Rio de Janeiro, IPEA, 2000.

ROCHA, S. “Medindo a pobreza no Brasil: evolução metodológica e requisitos de informação básica”. In: **Microeconomia e sociedade no Brasil**. Lisboa, M.B. & Menezes Filho, N.A. (Org.). Rio de Janeiro, Contra-Capa, 2001.

SEN, A. K. *On economic inequality*. London, Oxford University Press, 1973

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

THEIL, H. **Economics and information theory**. Amsterdam, North-Holland, 1967.